

País não terá uma Constituição ideal

“O Brasil não pode ter agora uma Constituição ideal.” A opinião é do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), responsável pela redação definitiva da futura Constituição. O parlamentar amazonense justifica sua afirmação: o País está saindo do período de transição, e importa mais que se tenha uma Carta real, não ideal. “Acho que ela avançará em alguns pontos. Em outros, ficará no mesmo nível atual” — afirmou, destacando não crer que “venha a ser retrógrada. Na área social, haverá avanços nítidos, como a estabilidade a partir do primeiro dia de emprego, a jornada semanal de 40 horas, etc”. Outros pontos da Constituição serão ampliados, como direitos e garantias individuais, assegurou Cabral, “mas o esqueleto não será modificado”, em relação à Carta atual, de 1967.

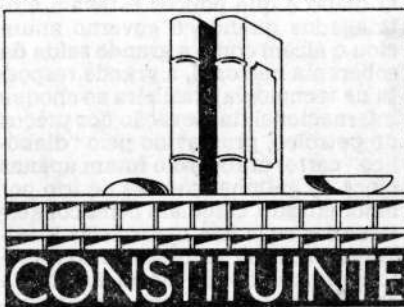
O deputado do Amazonas gostaria de iniciar o novo texto exatamente por direitos e garantias individuais. “Na atual Constituição isso está no artigo 153, muito distante da abertura. E preciso que antes de tudo o povo saiba quais são seus direitos e garantias.” Ainda com relação a

esse aspecto, Bernardo Cabral gostaria de alterar uma frase: “Não gosto de dizer que todos são iguais perante a lei; isso não me parece verdadeiro. O ideal seria dizer que a lei é igual para todos”.

Ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cabral prevê que haverá maior dificuldade em aprovar na nova Carta as alterações econômicas e a reforma agrária. “No campo social a maioria das propostas não deverá encontrar dificuldades.”

Apesar de ser o redator da futura Constituição, o parlamentar amazonense não acha que ela venha a ser duradoura, pois isso seria “uma utopia”.

“O Brasil atual não comporta



que se saia do fato.” Cabral discorda da tendência de “importar modelos que são muito bons para a Europa, para países nórdicos e até para os Estados Unidos, mas nada têm que ver com a realidade brasileira”.

Dependesse apenas de sua vontade, a Constituição teria no máximo 200 artigos — “menos pelo meu prazer pessoal e mais para poder prestar um serviço ao meu país, a Constituição teria apenas o essencial”. Todavia, Bernardo Cabral sente que essa concisão dificilmente será alcançada: “Pelo que sinto ela vai ultrapassar os 500 artigos. Se a maioria decidir assim é claro que eu me submeto”.

Aliás, o parlamentar garante que não vai impor sua opinião: “De minha parte, não exprimirei nem imprimirei a minha vontade pessoal no texto que me compete redigir. Não concordo que o relator imponha sua vontade. Ele há de ser o representante da média, e essa média há de representar a maioria”.

Pessoalmente, Bernardo Cabral se diz contrário a modificar o mandato presidencial, já que o de senadores, deputados e governadores permanecerá igual.



Reginaldo Mante

Para Sabóia, Constituinte precisa conhecer a Marinha

O relatório agrada às Forças Armadas

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, admitiu ontem ser “bastante razoável” o relatório final sobre o papel das Forças Armadas na próxima Constituição — aprovado pela Subcomissão da Defesa do Estado e da Sociedade, da Constituinte. Pela proposta da subcomissão, as Forças Armadas permanecerão praticamente com os atuais poderes de manutenção da defesa interna e externa do País.

O ministro Henrique Sabóia participou ontem, em São Paulo, de mais comemorações pelo Dia da Marinha, 11 de junho, e aproveitou para anunciar a reativação do Distrito Naval de São Paulo — extinto em 1975. “Não quero falar de política”, ressaltou o ministro ao iniciar a entrevista. Mas acabou admitindo que o lobby dos militares junto ao Congresso Nacional pela defesa de seus interesses na Constituinte está dando resultado.

“Mais importante que discutir frases e letras da próxima Constituição”, ressaltou o ministro, “é mostrar aos congressistas o que é a Marinha, o que faz e o que pretende fazer. Nossa assessoria está trabalhando junto ao Congresso pois, se os parlamentares tiverem conhecimento do que é a Marinha, o texto da Constituição sairá de maneira correta no que se referir a nós”.

A criação de um distrito em São Paulo servirá para aproximar a Marinha das indústrias nacionais de tecnologia de ponta, segundo justificou o ministro Sabóia. Ele acredita que esta aproximação física pode acelerar a nacionalização dos equipamentos dos projetos navais brasileiros.

As quatro corvetas que estão sendo construídas no Arsenal da Marinha e no estaleiro Verolme, no Rio de Janeiro, e o programa do submarino nuclear, são os carros-chefes do projeto industrial da Marinha. O programa do submarino nuclear, por exemplo, segundo Sabóia, já encaminhou o desenvolvimento de novos componentes ou equipamentos a 150 indústrias nacionais nos últimos dez anos, a maior parte indústrias paulistas.

Com a criação do Distrito Naval de São Paulo, deve passar dos atuais 70 para 400 o contingente da Marinha no Estado. A ideia é melhorar o intercâmbio da Força com as indústrias de ponta paulistas, especialmente de informática, metalúrgica e de novos materiais. Sabóia não quis fornecer detalhes das novas encomendas, citando apenas um número utópico: para a Marinha equipar-se em condições ideais, precisaria US\$ 8 bilhões.

Cabral exige rigor nos prazos

Encerrado o trabalho das oito comissões constitucionais temáticas neste fim de semana, começa amanhã o trabalho efetivo da Comissão de Sistematização, responsável pela elaboração do texto final da nova Constituição, que deverá estar pronta em meados de dezembro, segundo cálculos do relator-geral, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Diante do rígido cronograma por ele mesmo elaborado, Bernardo Cabral pretende seguir à risca todos os prazos previstos, não permitindo um adiamento sequer, para que a Assembleia Nacional Constituinte possa preparar o mais rápido possível a nova Constituição. Para ajudá-lo na aceleração dos trabalhos, Bernardo Cabral vai contar com o auxílio de onze constituintes (a maioria, amigos pessoais), com os quais dividirá a elaboração da futura carta constitucional.

O relator da Comissão de Sistematização faz questão de afirmar e tornar claro que o primeiro projeto de Constituição que ele vai elaborar refletirá unicamente o que ficar decidido pelas oito comissões constitucionais temáticas, uma vez que ele, como relator-geral, não poderá apresentar nenhuma inovação. Desta forma, ele garantiu estar disposto a colocar no seu parecer até mesmo pontos sobre os quais tem posição divergente.

CONSTITUINTE, PASSO A PASSO

É o seguinte o cronograma de trabalho da Comissão de Sistematização elaborado por Bernardo Cabral:

15/6 (segunda-feira) — até às 24 horas: encaminhamento dos anteprojetos das oito comissões constitucionais temáticas à Comissão de Sistematização;

16/6 (terça-feira) — distribuição dos avulsos dos anteprojetos das comissões temáticas;

17/6 (quarta-feira) — início do prazo de dez dias para o relator da Comissão de Sistematização apresentar o seu primeiro parecer, com um anteprojeto que compatibilize os oito primeiros;

26/6 (sexta-feira) — até às 24 horas: apresentação do parecer do relator da Comissão de Sistematização, com um anteprojeto;

27/6 (sábado) — distribuição dos avulsos do parecer do relator da Comissão de Sistematização;

28/6 (domingo) — início do prazo de cinco dias para recebimento de emendas ao projeto;

2/7 (quinta-feira) — fim do prazo para recebimento de emendas até às 24 horas e discussão;

3/7 (sexta-feira) — prazo de cinco dias para o relator apresentar na Comissão de Sistematização novo parecer, agora sobre as emendas;

7/7 (terça-feira) — até às 24 horas: apresentação do parecer sobre as emendas, com a apresentação do primeiro projeto de Constituição;

8/7 (quarta-feira) — Apresentação de avulsos;

9/7 (quinta-feira) — discussão do primeiro projeto de Constituição;

10/7 (sexta-feira) — votação do projeto de Constituição e emendas;

11/7 (sábado) — publicação e distribuição de avulsos para a redação final e início do prazo de três dias para o relator apresentar seu parecer;

13/7 (segunda-feira) — até às 24 horas: a redação final tem que ser apresentada, com distribuição do novo avulso;

14/7 (terça-feira) — discussão e redação final do primeiro projeto de Constituição;

15/7 (quarta-feira) — votação da redação final e encaminhamento do projeto ao plenário, para discussão e votação;

16/7 (quinta-feira) — publicação do avulso do primeiro projeto de Constituição;

17/7 (sexta-feira) — início da discussão pelo prazo de 40 dias (até 28/8) do primeiro projeto de Constituição e sua votação;

17/7 (sexta-feira) — começa a contar os trinta primeiros dias (até 18/8) para que os constituintes possam apresentar emendas ao primeiro projeto de Constituição, bem como os cidadãos (desde que reunidos em no mínimo trinta mil pessoas por cada emenda e patrocinados por pelo menos três entidades representativas de classe oficialmente reconhecidas) — cada cidadão poderá subscrever até três emendas diferentes.

O todo-poderoso da Constituinte

LEDA FLORA

Quando entrou no Congresso Nacional para tomar posse como deputado constituinte pelo PMDB do Amazonas, Bernardo Cabral confiou a um acompanhante que sonhava com o cargo de principal relator da Assembleia Nacional Constituinte. Conseguiu no voto e, agora que a poderosa Comissão de Sistematização começará a trabalhar para valer, antecipadamente perdeu o sossego, o lazer, as aulas da academia de ginástica e horas diárias de sono. Em seu gabinete, as audiências transformaram-se em romaria e, sua mesa, em um balcão para copos e xícaras de café. Os convites não param, de enterros a dois jantares por noite. Mas Bernardo Cabral não perde a cabeça, a frieza e o bom humor. E ainda encontra tempo para combinar com elegância todas as peças do seu vestuário e cuidar das unhas.

De um modo geral, os que procuram o relator na Comissão de Sistematização esperam encaixar uma reivindicação pessoal ou classista na futura Constituição. Poucos, muito poucos, levam em conta o Brasil como um todo e suas reais necessidades. No gabinete chegam também diariamente de 40 a 50 correspondências e nenhuma delas fica sem resposta. Como nos encontros pessoais, predominam solicitações específicas. Mas há os que criticam tudo e querem mudanças radicais na ordem atual, esboços quase completos de Constituição, e até uma estranha e mesma carta já remetida quase 50 vezes e sempre de alguma cidade da Alemanha, embora escrita em português, pedindo uma reforma agrária avançada, de acordo com o pacto internacional sobre os direitos econômicos, sociais e culturais.

O MODO DE TRABALHAR

Sob um violento assédio, Bernardo Cabral anda muito precavido. Avisa para todos que, na feitura do primeiro esqueleto constitucional, apenas reunirá organizadamente o resultado do trabalho das oito comissões temáticas. Mas lembra, por outro lado, que o projeto constitucional passará pela comissão seis vezes — duas para discussão, duas para votação, uma para a apresentação da redação final, e a sexta para emendas a esta redação. Vale dizer: pouco antes da promulgação, a Constituição ainda merecerá sua interferência.

Como não poderá fazer tudo sozinho, pelo volume de trabalho, o relator atuará com dois grupos. O primeiro, os relatores de campo foram escolhidos entre amigos de vários partidos, coordenados pelo deputado Adolfo Oliveira, líder do PL. São eles: Nilson Gibson (PMDB-PE), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), Konder Reis (PDS-SC) e Virgílio Távora (PDS-CE). Todos conservadores, funcionarão como “olheiros” do relator, farão as pesquisas necessárias e cuidarão de alguns contatos políticos.

O outro grupo trabalhará na redação do projeto constitucional e possui formação diferente. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), por ter disputado o cargo de relator com Cabral; Nelson Jobim (PMDB-RS), indicado pelo ex-ter Pimenta da Veiga; Wilson Maris (PMDB-MS), por sugestão de

Mário Covas; e Luis Ignácio Ferreira (PMDB-ES), por opção pessoal do relator. Os quatro são de centro-esquerda.

Assim que o projeto começar a ganhar forma, Bernardo Cabral, por uma questão de disciplina partidária, discutirá os pontos críticos, negociáveis e conflitantes com o líder na Assembleia, Mário Covas, e o presidente Ulysses Guimarães. Mas adianta que não abrirá mão de posições jurídicas, deixando exposto seu lado de advogado e ex-presidente da OAB, enquanto se prepara para ser flexível politicamente.

Se pudesse, o relator assinaria uma Constituição com 200 artigos no máximo. Mas, pelo que sentiu até agora, serão mais de 500 dispositivos. A expectativa do deputado é de avanços na ordem social e de poucas novidades na ordem econômica. Ele diz que sua vontade pessoal não será expressa no trabalho, e considera utópica a ideia de uma Carta constitucional duradoura, pois refletirá a realidade brasileira de hoje: “Tenho na cabeça a constituição real, não a ideal. E quero um texto com clareza e vergonha”, afirma.

AGENDA CHEIA

Na segunda-feira, Bernardo Cabral começou seu dia na comissão recebendo diretores de Detrans de alguns Estados, acompanhados pelo secretário de Segurança do Amazonas, Raimundo Lopes. Tratou-se de uma disputa entre a PM e a Polícia Civil. No corredor da comissão, 11 desembargadores aguardavam o relator. Veio o convite para uma conferência em Belo Horizonte e o pedido de autonomia administrativa e financeira para o Judiciário, que também vê com maus olhos a ideia do Tribunal Constitucional, proposta pela Assembleia, pela divisão de poder que provocará.

O presidente da mineração Jacunda, de Rondônia, Paulo Nunes Leal, levou os interesses do seu setor, enquanto Jones Maner, presidente da Associação Amazonense do Ministério Público, com quatro procuradores, também foi levar abraços e reivindicações. Depois de receber o presidente da Federação Nacional de Engenharia, Otávio Otaviano, o relator pôde almoçar com calma, na companhia do ministro da Aeronáutica, Otávio Moreira Lima.

A tarde, deu várias entrevistas, ocupou-se demoradamente com o telefone, recebeu alguns políticos, informou-se de tudo o que ocorria na Assembleia e, à noite, juntou com constituintes. Em seu apartamento, preencheu as duas primeiras horas da madrugada com o exame de alguns dados. As sete da manhã, depois de ler uma hora de ficção, um hábito que não desmissa, vestiu-se e voltou para a comissão. Olheiras fundas.

Na manhã de terça-feira retomou a maratona. Recebeu gente simples, sem ideias constitucionais e preocupadas com emprego, almoçou na Embaixada da Nicarágua. A tarde, ouviu lamentações do governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, e a esperança de uma reforma tributária na Constituição capaz de devolver aos Estados a condição de governabilidade.

Atendeu o embaixador de Israel, Waldemar Zweiter, dois ministros do Judiciário, o superintendente da Su-

dene, Dorany Sampaio, com quem acertou uma conferência em Recife. Apareceu, como sempre, muita gente fora da agenda. Todos estiveram com o relator, que acabou jantando com políticos.

Na quarta-feira, Bernardo Cabral continuou o abre-e-fecha a porta do gabinete no início da manhã. Perto das 10 horas, foi ao plenário da Comissão de Sistematização aprovar o regimento interno. Almoçou com o embaixador de Portugal, Adriano de Carvalho, juntou com o ministro Luciano Brandão, do TCU. No período da tarde, gravou uma longa entrevista para a televisão fora do Congresso, conversou com políticos e desembargadores.



Bernardo Cabral

Na quinta-feira, recebeu a medalha do mérito naval no grupamento dos fuzileiros navais, cochichou muito com o presidente José Sarney, num intervalo da cerimônia. Saiu dali direto para Belém, a convite do ministro Vicente Fialho, da Irrigação, para assinar um convênio com vistas ao plantio de hortaliças. À noite, de volta a Brasília, foi para a residência do deputado Mendes Botelho (PMDB-RS) que, na véspera, acusara o líder Mário Covas de “comunizar” o trabalho constituinte.

O governador gaúcho Pedro Simon, rodeado por deputados federais e estaduais, foi o primeiro a ser recebido por Bernardo Cabral na manhã de sexta-feira. Disse ao relator que, pelos rumos que a reforma tributária tomava na Assembleia, o dinheiro ficaria em São Paulo e passaria de raspão pelos estados do Sul. Fumando seis maços de cigarros por dia e com o ar cada vez mais desolado, Simon acumula problemas sem solução, na tentativa de governar o Rio Grande do Sul, cuja dívida é a maior do País, mas obteve apenas consolo do relator.

Os gaúchos saíram e chegaram representantes de tribunais de con-

tas querendo melhor remuneração. O jurista Miguel Reale Júnior levou o panorama político do dia, enquanto um representante da Portobrás resolveu pedir mais dinheiro para os portos. Políticos entraram e saíram do gabinete de Bernardo Cabral, onde há sempre alguém do Amazonas, seu Estado, para contar alguma coisa, dar um abraço ou simplesmente ficar mais perto do poderoso relator da Assembleia, que almoçou um copo de leite, e, animado, foi ver de perto, no resto do dia, a movimentação nas comissões temáticas.

No dia-a-dia de Bernardo Cabral, algumas vozes são mais insistentes ao telefone, como as dos ministros José Reinaldo Tavares, Ronaldo Costa Couto, Aureliano Chaves, Anibal Teixeira, e Raphael de Almeida Magalhães. Nos últimos dez dias, foi procurado com frequência por Almir Pazzianotto. Embora ligado há 30 anos ao ministro Leonidas.

Pires Gonçalves, o militar com quem conversa mais é o almirante Mário Hermes, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. O líder do grupo centro-democrático do PMDB, Expedito Machado, e outro interlocutor constante. Com Ulysses Guimarães, a comunicação é discreta. Com Mário Covas, de quem foi vice-líder nos anos 60, mais calorosa. E há muita intimidade com o senador José Richa, do Paraná, o grande responsável por sua candidatura a relator da mais importante comissão da Assembleia.

Assessores políticos de duas importantes embaixadas — Estados Unidos e França — passaram a procurá-lo com uma assiduidade tão grande que o relator parou para pensar. Os alemães, nos últimos dias, começaram a cercá-lo. Todos agem da mesma forma: tentam marcar almoços.

O CULTO AO DOMÍNIO

Político brasileiro do melhor estilo tradicional, sorriso pronto, abraço fácil, frase agradável, elogio na ponta da língua, Bernardo Cabral não esconde a vaidade pelo “profundo domínio pessoal”. Consegue com facilidade esconder as emoções e teoriza: “Se não domina a si próprio, não domina ninguém”.

Ciente do papel fundamental que passou a exercer, gosta de enfatizar que a Comissão de Sistematização, com 93 membros, é maior do que qualquer Assembleia Legislativa do País. Sem entrar na “guerra” entre direitistas e esquerdistas da Constituinte, não se intimida ao revelar que está mais próximo dos primeiros, por se rotular de “liberal-reformista”, exatamente como o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho. Com a mesma altivez, não se cansa de enumerar seus amigos, embora provoque comentários sobre sua identidade de com um aspecto bastante vulnerável do estilo do presidente José Sarney.

No turbilhão que vive hoje, aponta os opositos: o melhor é ser uma espécie de juiz mudo da agilidade mental daqueles com quem passou a se relacionar na Assembleia, o que lhe permite ratificar, no cotidiano, a própria intolância com a incapacidade mental. E o pior é a incompreensão pelo trabalho de relator, o que resulta em falta de momentos reservados e uma profunda invasão da privacidade.

“Não haverá retrocesso”, diz Moreira

“Nós temos um compromisso com a estabilidade institucional do País, que já viveu no passado períodos de instabilidade de que só o levaram a um retrocesso. Por isso, nós não admitimos retrocesso político-institucional”, disse, no Rio, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Otávio Moreira Lima. Segundo ele, a grande responsabilidade pela sustentação política e institucional do País está com as lideranças políticas e civis, de um modo geral, que contam com a “mais ampla confiança”.

O brigadeiro afirmou ter sentido imensa boa vontade para o entendimento em “todas as lideranças políticas e da parte dos militares”. Moreira Lima disse que “neste momento difícil do País, quando se procura superar as graves dificuldades econômicas e sociais com novas medidas adotadas pelo presidente Sarney, os militares estão voltados para suas atividades profissionais. Mas, como é natural, não estão alheios ao que se passa ou de costas para o futuro do Brasil. Por isso mesmo, nossos entendimentos com as lideranças políticas têm sido sempre a finalidade de deixar clara nossa posição sobre os mais variados problemas; temos a obrigação de deixar clara nossa posição a respeito de questões de interesse da Constituinte, que não podem ser sonegadas ao Poder Legislativo”.